

AUTORIZAÇÃO

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo.

Com fulcro no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Medida Provisória nº. 961 de 06 de maio de 2020, especialmente ao artigo 1º, inciso I, alínea “b”, vimos através desta solicitar de Vossa Excelência autorização de dispensa de licitação para a **Contratação empresa especializada para prestação de serviços médicos de cirurgia de vitrectomia e catarata para atender a demanda municipal.**

Valor estimado: R\$ 18.120,80 (dezoito mil cento e vinte reais e oitenta centavos).

Tarumã, 09 de outubro de 2020.

LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
Assessor de Licitação
UGB Suprimentos – Setor de Licitações

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Autorizo a Dispensa de Licitação para a Contribuição para **Contratação empresa especializada para prestação de serviços médicos de cirurgia de vitrectomia e catarata para atender a demanda municipal**, com fulcro no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Medida Provisória nº. 961 de 06 de maio de 2020, especialmente ao artigo 1º, inciso I, alínea “b”.

Tarumã, 09 de outubro de 2020.

OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

I - Justificativa da Contratação:

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Tarumã, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a existência de caso de paciente que necessita urgentemente a realização das cirurgias, uma vez que corre o risco de perder a visão.

Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Carta Magna:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. “

Em razão do dever de garantir os serviços de saúde não pode o Município correr o risco de deixar o munícipe sem o atendimento emergencial, devendo buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público.

Nesta linha, verificando os prejuízos que podem ocorrer para os indispensáveis serviços de saúde, temos que, neste momento e de vida a transitoriedade da situação, a melhor solução é lançar mão de DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Cabe indicar o que dispõe o Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93:

“Art.24. É dispensável a licitação:

(...)

IV-“nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencialou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que passam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos,

contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

Tendo em vista a urgência da situação, o que pode acarretar grande prejuízo, urge lançar mão do dispositivo legal supracitado para promover a contratação direta, com dispensa de licitação e, assim, garantir a continuidade dos necessários serviços de saúde à população.

Assim, a situação narrada coaduna perfeitamente com o dispositivo legal (Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93), autorizando a contratação pretendida por dispensa de licitação, não tendo esta Administração alternativa senão recorrer ao presente procedimento, respaldado no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Medida Provisória nº. 961 de 06 de maio de 2020, especialmente ao artigo 1º, inciso I, alínea "b".

II - Razões da escolha do prestador de serviço:

A escolha recaiu a favor da seguinte empresa: INSTITUTO DE OLHOS DE MARILIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº. 00.683.640/0001-43, em consequência de ser a empresa que ofereceu a melhor proposta, o preço é totalmente conivente com o do mercado conforme prévia cotação pelo departamento de compras, além de ser apontada pela pesquisa popular, constata-se que a empresa é especializada neste tipo de serviço, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

III - Justificativa do preço:

Os preços praticados são de mercado, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado, notadamente considerando-se a pesquisa de preço em apenso aos autos, uma vez que os preços ofertados pela empresa estão na média praticada no mercado.

Tarumã, 09 de outubro de 2020.

OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal